Docusign Envelope ID: 2512AA5F-7270-42E6-9769-0A02C3E1D01D

FERREIRA GOMES
geração de energia

Alupar

Ferreira Gomes Energia S.A.

CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Relatório da Administração

Aos acionistas: A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A. ("Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, compreendendo o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. **1. Breve histórico da Companhia:** A Ferreira Gomes Energia S.A. "Companhia" é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída em 10 de agosto pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 ("Leilão"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010. Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 - MME - UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 09 de novembro de 2045). Em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 584 (quinhentos e oitenta e quatro) dias, ou seja, até 16 de junho de 2047. A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão. A Companhia possui 39,9 MWm contratados com a "Controladora" Alupar Investimentos S.A., no Ambiente Livre - ACL. A Companhia, cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Araguari em Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora. O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:

A Companhia conta com três unidades geradoras de energia, cujas entradas em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
				252 MW (megawatts)	**145,5 MW (megawatts)**

Em 02 de dezembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/MME, 30 de novembro de 2022, aprovando os valores revistos da Garantia Física das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio do Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHE's Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", alterando a garantia física da UHE Ferreira Gomes de 153,10MW para 145,5MW. **2. Governança corporativa:** A Companhia pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa. Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia: **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração é composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de (3) três anos, admitida a reeleição por igual período. **Diretoria estatutária:** A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores: (i) Diretor Administrativo; (ii) Diretor de Gestão de Energia; (iii) Diretor Financeiro; (iv) Diretor Técnico; e (v) Diretor de Relações com Investidores. **Conselho fiscal:** Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação. Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia não recebeu qualquer pedido de instalação de conselho fiscal pelos acionistas.

3. Desempenho econômico-financeiro - (Em milhares de Reais):

	31/12/2024	31/12/2023	Variação %
Receita operacional bruta	277.032	244.490	13,3%
(–) Deduções da receita operacional	(28.686)	(25.132)	14,1%
Receita operacional líquida	**248.346**	**219.358**	**13,2%**
(–) Custos operacionais	(125.771)	(104.618)	20,2%
Lucro bruto	**122.575**	**114.740**	**6,8%**
(–) Despesas/receitas operacionais	(5.851)	(4.914)	19,1%
(–) Despesas/receitas financeiras	(28.105)	(34.399)	-18,3%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**88.619**	**75.427**	**17,5%**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.268)	(11.138)	-70,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	210	361	-41,8%
Lucro líquido do exercício	**85.561**	**64.650**	**32,3%**
Ativo total	**1.447.972**	**1.504.060**	**-3,7%**
Investimentos (*)	**1.261.538**	**1.296.972**	**-2,7%**

(*) O valor em investimentos refere-se a imobilizado e intangível. **Comentários relevantes:** A Companhia registrou Receita Operacional Líquida de R$ 248.346 (1.421.026 MWh) no exercício de 31 de dezembro 2024, em comparação a R$ 219.358 (1.327.238 MWh) no mesmo período de 2023. O aumento de 13,2% de um período para o outro ocorreu pela atualização dos contratos ACR e pela negociação de energia elétrica no ambiente livre (ACL). Os custos operacionais acumulados em 2024 apresentam aumento de 20,2% se comparado com o mesmo período de 2023, justificada pelo aumento no custo do uso do serviço de transmissão e energia elétrica comprada para revenda. As despesas/receitas operacionais acumulados em 2024 apresentam aumento de 19,1% quando comparado com o mesmo período de 2023, justificado principalmente pelo aumento na linha de serviços de terceiros. A companhia apresentou o montante de compra de energia de R$ 37.312 (398.472 MWh) em 31 de dezembro de 2024 e R$ 21.759 (226.797 MWh) em 31 de dezembro de 2023. O resultado financeiro líquido acumulado em 2024 apresenta uma redução de 18,3% se comparado ao mesmo período de 2023, justificado principalmente pela redução das despesas financeiras atreladas ao índice dos juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. A provisão do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionados ao reconhecimento da extensão da concessão que é realizada mensalmente de forma linear até o final da concessão. Devido ao fato da Companhia, ser uma "SPE" sociedade de propósito especifico, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas. Os recursos para implantação, construção e operação da UHE Ferreira Gomes foram provenientes da acionista Alupar Investimentos S.A., bem como de empréstimos e financiamentos captados junto a terceiros, incluindo a emissão de debêntures. **EBITDA -** (Em milhares de Reais):

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	85.561	64.650
(+) Resultado financeiro	28.105	34.399
(+) Depreciação e amortização (*)	40.098	39.729
(+) IR/CS correntes	3.268	11.138
(+) IR/CS diferidos	(210)	(361)
(=) EBITDA	**156.822**	**149.555**

(*) Valor composto por depreciação, amortização, amortização de direito de extensão de concessão e amortização do UBP - Uso do Bem Público. **Endividamento -** (Em milhares de Reais, exceto índice de endividamento líquido):

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos, financiamentos, debêntures (líquidos dos custos a amortizar) e arrendamentos		
Circulante	(88.464)	(91.886)
Não circulante	(251.676)	(328.623)
Dívida total	**(340.140)**	**(420.509)**
Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos valores mobiliários	138.404	173.777
Dívida líquida	(201.736)	(246.732)
Patrimônio líquido	1.052.754	1.020.193
Índice de endividamento líquido	**0,19**	**0,24**

4. Capital humano: Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas. O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 mantinha em seu quadro 25 colaboradores. **5. Responsabilidade sócio ambiental:** A Companhia tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: ações voltadas ao incentivo cultural, desenvolvimento social e econômico da região. Abaixo destacamos alguns dos programas em andamento que tem como objetivo controle de aspectos ambientais da usina, mitigação de seus impactos socioambientais e geração de dados consistidos sobre o meio ambiente da região: • Plano de Resgate de Ictiofauna; • Programa de Monitoramento e Conservação da Ictiofauna; • Programa de Recuperação de Áreas Degradadas; • Monitoramento de Invertebrados Aquáticos; • Monitoramento de Macrófitas Aquáticas; • Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas e Efluentes; • Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico; • Programa de Monitoramento da Fauna; e, • Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Em seguida, citamos os programas cujo o público alvo são população residente no entorno da usina: • Plano de Investimento Social; • Programa de suporte à Implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e do Sistema de Outorga dos Recursos Hídricos; • Programa de Incentivo à Pesquisa; • Programa de Educação Ambiental; e, • Programa de Comunicação Social. **6. Auditoria Independente:** Em atendimento à instrução CVM nº 23/2021, informamos que contratamos a KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG"). para prestação dos serviços de auditoria das nossas demonstrações contábeis, bem como de revisões das informações trimestrais ("ITR"), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standars ("IFRS"). Os serviços prestados pela KPMG foram contratados para os exercícios de 2024 até 2025. **Mensagem final:** Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante		**182.121**	**201.684**
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.983	9.385
Investimentos de curto prazo	5	67.896	104.688
Títulos e valores mobiliários	6	59.525	59.704
Contas a receber de clientes	7	34.944	24.597
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	5.816	656
Outros tributos compensáveis	9	441	51
Despesas pagas antecipadamente	8	2.341	2.304
Outros ativos		175	299
Não circulante		**1.265.851**	**1.302.376**
Despesas pagas antecipadamente	8	4.120	5.387
Depósitos judiciais		17	17
Outros ativos		176	–
Imobilizado	10	1.234.709	1.272.158
Intangível	11	26.829	24.814
Total do ativo		**1.447.972**	**1.504.060**

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Circulante		**118.483**	**133.032**
Fornecedores	12	18.207	16.433
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	88.020	91.567
Arrendamentos	17.1	444	319
Salários e férias a pagar		680	792
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9	–	2.744
Outros tributos a pagar	9	3.380	3.561
Dividendos declarados	17.1	–	11.795
Uso do bem público	11	2.096	2.001
Provisões	14	1.615	1.082
Encargos setoriais		3.754	2.668
Credores diversos		287	70
Não circulante		**276.735**	**350.835**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	250.976	327.724
Arrendamentos	17.1	700	899
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	4.553	4.763
Uso do bem público	11	17.368	16.806
Provisões	14	2.898	643
Provisão para contingências		240	–
Patrimônio líquido		**1.052.754**	**1.020.193**
Capital social	18.1	818.858	818.858
Reserva de lucros		233.896	201.335
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.447.972**	**1.504.060**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados	Total do patrimônio liquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**818.858**	**10.815**	**15.874**	**121.791**	**–**	**967.338**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	64.650	64.650
Reserva legal	–	3.232	–	–	(3.232)	–
Reserva para incentivo fiscal	–	–	14.240	–	(14.240)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(11.795)	(11.795)
Reservas de lucros	–	–	–	35.383	(35.383)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**818.858**	**14.047**	**30.114**	**157.174**	**–**	**1.020.193**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	85.561	85.561
Reserva legal	–	4.278	–	–	(4.278)	–
Reserva para incentivo fiscal	–	–	9.073	–	(9.073)	–
Juros sobre capital próprio declarados	–	–	–	–	(53.000)	(53.000)
Reservas de lucros	–	–	–	19.210	(19.210)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**818.858**	**18.325**	**39.187**	**176.384**	**–**	**1.052.754**

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto lucro básico e diluído por ação)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	20	248.346	219.358
Custos operacionais	21	(125.771)	(104.618)
Lucro bruto		**122.575**	**114.740**
(Despesas) receitas operacionais	21	**(5.851)**	**(4.914)**
Despesas gerais e administrativas		(6.353)	(5.445)
Outras receitas		502	531
Lucro antes do resultado financeiro		**116.724**	**109.826**
Despesa financeira		(46.376)	(53.703)
Receita financeira		18.271	19.304
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**88.619**	**75.427**
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(3.268)	(11.138)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	210	361
Lucro líquido do exercício		**85.561**	**64.650**
Lucro básico e diluído por ação- R$	19	**0,1060**	**0,0801**

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	85.561	64.650
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**85.561**	**64.650**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		88.619	75.427
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	10 e 11	40.098	39.729
Repactuação do risco hidrológico	21	1.268	1.268
Encargos de dívidas	13.b	42.961	50.373
Encargos de dividas arrendamentos	17.1	72	120
Atualização monetária - Uso do bem público	11	2.665	2.584
Outras variações monetárias liquidas		(1.080)	(906)
Descontos financeiros obtidos		(1)	(3)
Receitas de aplicações financeiras	22	(18.135)	(19.133)
Baixa de ativo imobilizado	10	13	–
Ingressos e reversões de provisões para contingências		240	(17)
Baixa depósitos judiciais imobilizados		–	73
Despesas c/apropriação de seguros		2.274	2.294
		158.994	**151.809**
(Aumento) redução no ativo			
Contas a receber de clientes		(10.347)	(2.166)
Tributos a compensar		343	(1.860)
Adiantamentos a fornecedores		106	(249)
Despesas pagas antecipadamente		(2.312)	(2.223)
Outros ativos		(84)	27
		(12.294)	**(6.471)**
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		2.340	2.084
Partes relacionadas		214	–
Encargos setoriais		829	28
Salários, férias a pagar		(112)	61
Provisão para gastos ambientais	14	(81)	–
Provisão para constituição de ativos	14	(87)	(691)
Tributos a recolher		(11.400)	(267)
Outros passivos		(1.931)	(1.923)
		(10.228)	**(708)**
Imposto de renda e contribuição social recolhidos		(8.193)	(6.374)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**128.279**	**138.256**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates em investimentos de curto prazo		280.317	185.878
Aplicações em investimentos de curto prazo		(230.639)	(205.687)
Resgates em títulos e valores mobiliários		7.513	11.223
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(1.268)	(3.262)
Adições no imobilizado	10	(1.592)	(1.655)
Adições no intangível	11	(505)	(162)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos		**53.826**	**(13.665)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de Dividendos e Juros s/capital próprio		(56.844)	(6.328)
Amortização de principal arrendamentos		(335)	(273)
Amortização de juros de arrendamentos	17.1	(72)	(120)
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	13.b	(94.445)	(85.334)
Amortização de juros s/empréstimos, financiamentos e debêntures	13.b	(28.811)	(33.872)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(180.507)**	**(125.927)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**1.598**	**(1.336)**
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do período		9.385	10.721
Saldo no final do período		10.983	9.385
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**1.598**	**(1.336)**

continua →★

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 25/03/2025 | 22:28:49 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 2512AA5F-7270-42E6-9769-0A02C3E1D01D

→★ continuação

Ferreira Gomes Energia S.A. - CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Suprimento de energia e Ajuste positivo CCEE	**20**	277.032	244.490
Outras receitas		502	531
Receitas relativas à construção de ativos próprios		1.592	1.655
		279.126	**246.676**
Energia elétrica comprada para revenda		(37.313)	(21.759)
Encargos do uso da rede elétrica	**21**	(29.227)	(25.361)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	**21**	(6.177)	(6.300)
Serviços de terceiros		(8.842)	(6.826)
Materiais	**21**	(516)	(547)
Outros custos operacionais		(5.828)	(6.177)
Valor Adicionado Bruto		**(87.903)**	**(66.970)**
(–) Depreciação e amortização	**10 e 11**	**(40.098)**	**(39.729)**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receita financeira		19.162	20.271
Valor adicionado a distribuir		**170.287**	**160.248**
Pessoal			
Remuneração direta		2.867	2.546
Benefícios		**1.031**	**849**
Auxílio alimentação		429	350
Assistência médica e odontológica		553	475
Previdência Privada		44	14
Outros		5	10
FGTS		274	248
		4.172	**3.643**
Impostos, taxas e contribuições			
Federais			
INSS		768	635
Encargos setoriais - P&D e TFSEE		3.461	3.086
Imposto de renda e contribuição social correntes		3.268	11.138
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(210)	(361)
PIS e COFINS		26.116	23.012
Outros impostos e taxas		282	209
		33.685	**37.719**
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros s/empréstimos, financiamentos e debêntures	**13.b**	42.961	50.373
Juros s/arrendamentos	**17.1**	72	120
Aluguéis	**21**	490	532
Outras despesas financeiras		3.346	3.211
		46.869	**54.236**
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos e JCP		53.000	11.795
Reserva de Lucros		32.561	52.855
		85.561	**64.650**
Valor adicionado distribuído		**170.287**	**160.248**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ferreira Gomes Energia S.A. ("Ferreira Gomes", "FGE" ou "Companhia"), com sede localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma Companhia Aberta registrada na CVM (categoria B), constituída no dia 10 de agosto de 2010, com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, com potência instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"). Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 - MME - UHE Ferreira Gomes ("Contrato de Concessão"), que concedeu à Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos a partir da assinatura do respectivo contrato, ou seja, até 09 de novembro de 2045, podendo ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação. Ademais, em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 584 (quinhentos e oitenta e quatro) dias, ou seja, até 16 de junho de 2047. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados, apurados por auditoria da ANEEL. Em relação ao contrato de concessão o mesmo pode ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação. A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 11. A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	n° 4.297	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	n° 4.815	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	n° 1.271	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
				252 MW (megawatts)	**145,5 MW (megawatts)**

Em 02 de dezembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/MME, de 30 de novembro de 2022, aprovando os valores revistos da Garantia Física das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio do Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHE's Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", alterando a garantia física da UHE Ferreira Gomes de 153,10MW para 145,5 MW.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **Declaração de conformidade:** A autorização para emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi efetuada em Declaração de Diretoria realizada em 26 de fevereiro de 2025. Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor justo. **Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis intermediárias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões e inclusive provisões para contingências. ***I. Julgamentos:*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 10 - Imobilizado e nota explicativa 3.4: Aplicação das vidas úteis definidas; • Nota 16 - Imposto de renda e contribuição social diferidos e nota explicativa 3.6: Expectativa de realização do saldo; • Nota 15 - Provisão para contingências e nota explicativa 3.3: Estimativa do risco. ***II. Incertezas sobre premissas e estimativas:*** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 3.9 - Arrendamentos: taxa aplicadas e contratos considerados; • Nota 7 e nota explicativa 3.10 - Contas a receber de clientes: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: estimativa de valores que não serão recebidos; • Nota 10 e nota explicativa 3.4 - Imobilizado - taxa de depreciação; • Nota 16 e nota explicativa 3.6 - Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo: Reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão; • Nota 15 e nota explicativa 3.3 - Provisões para contingências: reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário. **3.1 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. ***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:*** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e, • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR. ***Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:*** • Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. ***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:*** Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2 Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros não derivativos:** ***Instrumentos financeiros:*** A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas *(forward-looking)*. A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). ***Mensuração das perdas de crédito esperadas:*** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. ***Ativos financeiros com problemas de recuperação:*** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. ***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:*** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. ***Baixa:*** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. **3.3 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.4 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. **3.5 Intangível:** Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico. Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação (09/08/2012), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do bem público no passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Extensão da concessão: A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em novembro de 2021,conforme divulgado em nota explicativa 11, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão que será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até junho de 2047. **3.6 Tributação:** Em 2024 a companhia está enquadrada no regime de apuração lucro real. ***Tributos sobre as vendas:*** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e, • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%; Regime Especial PIS e COFINS: aplicável às empresas integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), criado pelo art. 47 da Lei de nº 10.637/2002, no qual a empresa passa a tributar as receitas oriundas dessas transações pela alíquota do regime cumulativo (3,65%) nas contribuições de PIS (0,65%) e COFINS (3,00%). Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência e deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. ***Imposto de renda e contribuição social - correntes:*** O imposto de renda e a contribuição social correntes são registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Real, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% e acrescidas de 10% sobre o que exceder R$ 20 mil pelo número de meses do respectivo período de apuração totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia obteve o incentivo fiscal aprovado pela SUDAM em 18 de setembro de 2017, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração, com início no ano-calendário de 2017 e término em 2026. Durante a vigência do benefício, a Companhia deverá: a) cumprir a legislação trabalhista e social e as normas de proteção e controle do meio-ambiente (art. 14, inciso II da Lei nº 6.938/1981 e art. 3º do Decreto nº 94.075/1987); b) apresentar anualmente a declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício; c) observar a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução. O reconhecimento do incentivo fiscal é realizado como redutor do passivo em contra partida ao imposto registrado no resultado do exercício. ***Imposto de renda e contribuição social - diferidos:*** Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão, que é realizado mensalmente de forma linear, até o final da concessão. Para o cálculo foi utilizado uma taxa reduzida considerando o período do benefício fiscal Sudam. **3.7 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D:** Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos. **3.8 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica:** A Companhia, em conformidade com a Lei 9427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia. **3.9 Arrendamentos:** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante. **3.10 Receita de geração de energia elétrica:** As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, liquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir: (i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A companhia vende a energia produzida no ambiente de Contratação Regulada - ACR. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2024 é de R$ 152,18 MW/h, (R$ 149,01MW/h em 2023) reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 20 anos contados a partir de 01 de janeiro de 2016. (ii) Suprimento de energia - ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2024 é de R$ 254,90 MW/h (R$ 99,11 MW/h em 2023) (iii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzida, é comercializada no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD. **3.11 Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • valor contábil bruto do ativo financeiro; ou, • ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **3.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente. **3.13 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Em vigor desde 1º de janeiro de 2024:** Os principais normativos revisados e que são efetivos para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, são: • Classificação de passivos como circulante ou não circulante com Covenants - Alterações ao CPC 26 (IAS 1); • Alterações ao CPC 06 (IFRS 16) Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback; e • Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") - Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7); • Esclarecimentos sobre a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado - Resolução CVM nº 199 e CPC 09 (R1). A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis. **Novas normas e interpretações ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 e trará as seguintes exigências: - Define o lucro ou prejuízo operacional como ponto de partida para a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) no método indireto; - Divide as despesas e receitas em três categorias: operacional, investimento e financiamento; - Propõe novos subtotais na demonstração do resultado, como lucro ou prejuízo operacional e receitas e despesas de associadas integrais e empreendimentos conjuntos; A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxo de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma. **Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

continua →★

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 25/03/2025 | 22:29:08 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 2512AA5F-7270-42E6-9769-0A02C3E1D01D

continuação

Ferreira Gomes Energia S.A. - CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Fundo fixo	6	6
Banco conta movimento	10.977	9.379
	10.983	**9.385**

5. INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

	Remuneração média			
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de Investimento - STA Energia	94,99% do CDI	101,12% do CDI	**67.896**	**104.688**

A Companhia aplica seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia (fundo não exclusivo), cujo objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

		Remuneração média			
	Instituição	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicação pós-fixada	BNDES	93,60% do CDI	99,34% do CDI	8.949	9.442
Aplicação pós-fixada	Debêntures	93,60% do CDI	99,34% do CDI	50.576	50.262
				59.525	**59.704**

Aplicações em garantia do contrato de debêntures conforme instrumento particular de escritura da 3ª Emissão, que estabelece obrigatoriedade de constituição de reservas para conta O&M, serviço da dívida e, em garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para implantação da UHE Ferreira Gomes Energia S.A., o qual estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, realizando movimentação, periodicamente, para pagamentos decorrentes dos contratos de financiamento, no caso de insuficiência de saldo de recursos, na conta centralizadora. As reservas estão aplicadas no Banco Itaú.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado		16.226	15.800
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre - partes relacionadas	17.1	15.800	7.484
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre		1.476	1.313
Contas a receber curto prazo CCEE		1.442	–
		34.944	**24.597**

Os montantes de suprimentos de energia elétrica ambiente regulado e ambiente livre são constituídos pelos valores em aberto que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado. Os valores da rubrica "Contas a receber curto prazo CCEE" referem-se a valores a receber e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas e não há saldos vencidos nas contas a receber de clientes. Os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento. Os contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL) são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

8. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		
Prêmio de seguros - diversos	172	165
Prêmio de seguros - risco operacional	901	871
Repactuação do risco hidrológico	1.268	1.268
	2.341	**2.304**
Ativo não circulante		
Repactuação do risco hidrológico	4.120	5.387
	4.120	**5.387**
	6.461	**7.691**

Em 28 de dezembro de 2015, a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92. Em 19 de janeiro de 2016, a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes. O registro inicial (R$ 16.796 data-base de dezembro de 2015) consistiu na criação de uma despesa antecipada em contrapartida à redução do custo de energia comprada para revenda no resultado, a ser apropriada em 13 anos e 3 meses contados a partir de janeiro de 2016. A partir de janeiro de 2016 ocorre mensalmente a amortização linear deste custo de energia comprada. O saldo do montante repactuado líquido de amortização na data de 31 de dezembro de 2024 é de R$ 5.388 segregado entre circulante e não circulante (R$ 6.655 em 31 de dezembro de 2023). Devido à repactuação do risco hidrológico através da escolha do produto SP 92, mediante ao Despacho ANEEL nº 140 de 19 de janeiro de 2016, ficou definido que a partir de 01 de abril de 2029 a Companhia efetuará pagamentos mensais à CCRBT - Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias com término em 31 de dezembro de 2044 (data de término do suprimento dos CCEARs).

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR E A RECOLHER

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais decorrentes majoritariamente de antecipação de Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

Ativo circulante	31/12/2024	31/12/2023
Tributos e contribuições sociais a compensar		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	4.956	656
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	860	–
	5.816	**656**
Outros tributos compensáveis		
Outros	**441**	**51**
Passivo circulante		
Tributos e contribuições sociais a recolher		
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	–	**2.744**
Outros tributos a pagar		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.301	1.305
Programa de Integração Social - PIS	364	390
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.691	1.812
Outros	24	54
	3.380	**3.561**

10. IMOBILIZADO

O imobilizado está constituído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2024:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adições	Transferência para Intangível	Outros*	Saldo em 31/12/2024
Imobilizado em serviço						
Terrenos	0,00%	17.612	–	–	–	17.612
Reservatórios, barragens e adutoras	2,14%	845.827	–	–	(189)	845.638
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,45%	140.362	–	–	(71)	140.291
Máquinas e equipamentos	2,75%	606.464	1.083	–	93	607.640
Veículos	20,00%	10	27	–	–	37
Móveis e utensílios	6,13%	2.567	62	–	–	2.629
Direito de uso sobre arrendamento	11,25%	2.643	–	–	259	2.902
Total do imobilizado em serviço		**1.615.485**	**1.172**	**–**	**92**	**1.616.749**
(–) Depreciação acumulada						
Reservatórios, barragens e adutoras		(164.178)	(18.036)	–	–	(182.214)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(31.212)	(3.422)	–	–	(34.634)
Máquinas e equipamentos		(147.884)	(16.727)	–	–	(164.611)
Veículos		(10)	(2)	–	–	(12)
Móveis e utensílios		(1.381)	(163)	–	–	(1.544)
Direito de uso sobre arrendamento		(1.553)	(313)	–	–	(1.866)
Total da depreciação acumulada		**(346.218)**	**(38.663)**	**–**	**–**	**(384.881)**
Total do ativo imobilizado em serviço		**1.269.267**	**(37.491)**	**–**	**92**	**1.231.868**
Imobilizado em curso						
Adiantamento a fornecedores		912	420	–	(396)	936
Depósitos judiciais		1.979	–	(2)	(72)	1.905
Total do ativo imobilizado em curso		**2.891**	**420**	**(2)**	**(468)**	**2.841**
Total do imobilizado		**1.272.158**	**(37.071)**	**(2)**	**(376)**	**1.234.709**

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adições	Transferências para Intangível	Outros*	Saldo em 31/12/2023
Imobilizado em serviço				–		
Terrenos	0,00%	17.612	–	–	–	17.612
Reservatórios, barragens e adutoras	2,14%	845.827	–	–	–	845.827
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,45%	140.362	–	–	–	140.362
Máquinas e equipamentos	2,75%	605.225	1.601	–	(362)	606.464
Veículos	20,00%	10	–	–	–	10
Móveis e utensílios	6,13%	2.513	54	–	–	2.567
Direito de uso sobre arrendamento	11,25%	2.380	–	–	263	2.643
Total do imobilizado em serviço		**1.613.929**	**1.655**	**–**	**(99)**	**1.615.485**
(–) Depreciação acumulada						
Reservatórios, barragens e adutoras		(146.101)	(18.077)	–	–	(164.178)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(27.776)	(3.436)	–	–	(31.212)
Máquinas e equipamentos		(131.184)	(16.700)	–	–	(147.884)
Veículos		(10)	–	–	–	(10)
Móveis e utensílios		(1.224)	(157)	–	–	(1.381)
Direito de uso sobre arrendamento		(1.258)	(295)	–	–	(1.553)
Total da depreciação acumulada		**(307.553)**	**(38.665)**	**–**	**–**	**(346.218)**
Total do ativo imobilizado em serviço		**1.306.376**	**(37.010)**	**–**	**(99)**	**1.269.267**
Imobilizado em curso						
Adiantamento a fornecedores		1.087	–	–	–	1.087
Depósitos judiciais		2.066	–	(7)	(255)	1.804
Total do ativo imobilizado em curso		**3.153**	**–**	**(7)**	**(255)**	**2.891**
Total do imobilizado		**1.309.529**	**(37.010)**	**(7)**	**(354)**	**1.272.158**

*Em 2023 e 2024, o valor apresentado na coluna de Outros na linha de Direito de uso sobre arrendamento refere-se à remensuração do arrendamento, proveniente da extensão de contrato de locação e mudanças nos critérios de rateio da Alupar que são revisitados anualmente. *O valor de R$ 362 apresentado na coluna de Outros na linha de Máquinas e equipamentos refere-se a baixas para provisão de constituição de ativos. O saldo remanescente de imobilizado em curso em 31 de dezembro de 2024 refere-se substancialmente a adiantamento a fornecedores e montantes em discussões judiciais advindos dos processos de âmbito fundiário referente a desapropriações de terras, que ainda estão em andamento e seu destino final é a rubrica de ativo imobilizado.

11. INTANGÍVEL

	Nota	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência do Imobilizado	Outros*	Saldo em 31/12/2024
Intangível em serviço								
Uso do bem público (i)		1,00%	12.059	–	–	–	–	12.059
Extensão da concessão		3,05%	17.410	–	–	–	–	17.410
Sotfware		3,90%	852	–	–	–	–	852
Outros intangíveis		3,90%	957	23	–	–	2.956	3.936
Servidões		0,00%	152	482	–	2	–	636
Total intangível em serviço			**31.430**	**505**	**–**	**2**	**2.956**	**34.893**
(–) Amortização acumulada								
Uso do bem público (i)	**21**		(3.420)	(368)	–	–	–	(3.788)
Extensão da concessão			(1.469)	(678)	–	–	–	(2.147)
Sotfware			(783)	(389)	–	–	–	(1.172)
Outros intangíveis			(957)	–	–	–	–	(957)
Total amortização			**(6.629)**	**(1.435)**	**–**	**–**	**–**	**(8.064)**
Intangível em curso								
Software			13	–	(13)	–	–	–
Total do ativo Intangível em curso			**13**	**–**	**(13)**	**–**	**–**	**–**
Total do intangível			**24.814**	**(930)**	**(13)**	**2**	**2.956**	**26.829**

*O valor apresentado na coluna de Outros refere-se à provisão para gastos ambientais contabilizados em contrapartida da rubrica do passivo "Provisão para gastos ambientais".

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2022	Adições	Transferência do imobilizado	Saldo em 31/12/2023
Intangível em serviço					
Uso do bem público (i)	1,00%	12.059	–	–	12.059
Extensão da concessão	3,05%	17.410	–	–	17.410
Sotfware	3,90%	825	17	10	852
Outros intangíveis	3,90%	957	–	–	957
Servidões	0,00%	–	145	7	152
Total intangível em serviço		**31.251**	**162**	**17**	**31.430**
(–) Amortização acumulada					
Uso do bem público (i)		(3.052)	(368)	–	(3.420)
Extensão da concessão		(791)	(678)	–	(1.469)
Sotfware		(765)	(18)	–	(783)
Outros intangíveis		(957)	–	–	(957)
Total amortização		**(5.565)**	**(1.064)**	**–**	**(6.629)**
Intangível em curso					
Software		23	–	(10)	13
Total do ativo intangível em curso		**23**	**–**	**(10)**	**13**
Total do intangível		**25.709**	**(902)**	**7**	**24.814**

(i) Passivo relacionado ao Uso do bem público: O montante registrado como "Uso do bem público" refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, estabelecido em contrato de concessão, mensurado pelo custo histórico, descontado a valor presente para fins de reconhecimento inicial. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Em relação à obrigação de uso do bem público (passivo relacionado), as parcelas mensais a serem recolhidas à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R$ 926 (valor original previsto em agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 37º ano da concessão.

	31/12/2023	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	31/12/2024
Passivo circulante	2.001	–	(2.008)	2.103	2.096
Passivo não circulante	16.806	2.665	–	(2.103)	17.368
	18.807				**19.464**

	31/12/2022	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	31/12/2023
Passivo circulante	1.909	–	(1.916)	2.008	2.001
Passivo não circulante	16.230	2.584	–	(2.008)	16.806
	18.139				**18.807**

12. FORNECEDORES

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST		2.747	1.648
Materiais e serviços		10.986	11.696
Ajuste negativo CCEE		261	1.572
Compra de energia - partes relacionadas	17.1	–	1.154
Compra de energia		4.213	363
Total		**18.207**	**16.433**

A rubrica de fornecedores da Companhia é majoritariamente composta por compra de materiais e serviços. Essas operações assim como o Custo de Uso do Sistema de Transmissão - CUST são realizados sem envolvimento de operação de *"forfait"*.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURE

a. Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

			31/12/2024			31/12/2023		
	Encargos	Vencimento	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante								
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	23.860	506	24.366	23.658	619	24.277
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	208	3	211	206	4	210
3ª emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	64.526	476	65.002	68.016	623	68.639
(–) custo de captação - a apropriar	–	–	(1.559)	–	(1.559)	(1.559)	–	(1.559)
Total			**87.035**	**985**	**88.020**	**90.321**	**1.246**	**91.567**
Moeda nacional - não circulante								
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	127.250	–	127.250	149.838	–	149.838
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	1.111	–	1.111	1.307	–	1.307
3ª emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	126.521	–	126.521	182.045	–	182.045
(–) custo de captação - a apropriar	–	–	(3.906)	–	(3.906)	(5.466)	–	(5.466)
Total			**250.976**	**–**	**250.976**	**327.724**	**–**	**327.724**
Total geral			**338.011**	**985**	**338.996**	**418.045**	**1.246**	**419.291**

BNDES: Em 28 de dezembro de 2012, a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R$ 470.610. O contrato com o BNDES estabelece apuração anual de cláusulas restritivas, as quais instituem que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras: Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação. O ICP e o ICSD são índices requeridos anualmente. A Administração da Companhia acompanha os índices financeiros e obrigações estabelecidos em contrato. As garantias dadas em função do contrato com o BNDES estão abaixo descritas: Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes S.A.: Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo, mas não se limitado a: ***(a)*** O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão; ***(b)*** Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia; ***(c)*** As garantias constantes dos CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.; ***(d)*** Os direitos creditórios das seguintes contas: Conta Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e ***(e)*** Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica. Garantia prestada pela Alupar Investimento S.A.: Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A. **3ª emissão de debêntures:** Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de R$ 210.900 (duzentos e dez mil e novecentos reais, em debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R$ 1), os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A Alupar é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de Debêntures, não haverá repactuação programada das Debêntures. As debêntures possuem cláusulas restritivas ("*covenants*") a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários). Tais cláusulas instituem que a Companhia deverá comprovar: • Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e • Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,15 (um inteiro e quinze centésimos). A Companhia monitora os covenants financeiros: Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e os não financeiros. **b.** As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	Saldo Final 31/12/2023	Encargos de Dívidas (Nota 22)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Saldo Final 31/12/2024
Moeda nacional					
BNDES - Subcrédito A, B e C	174.115	14.611	(23.739)	(13.371)	151.616
BNDES - Subcrédito E	1.519	96	(207)	(85)	1.323
3ª emissão de debêntures	250.683	26.693	(70.499)	(15.355)	191.522
(–) custo de captação - a amortizar	(7.026)	1.561	–	–	(5.465)
Total	**419.291**	**42.961**	**(94.445)**	**(28.811)**	**338.996**

	Saldo Inicial 31/12/2022	Encargos de Dívidas (nota 22)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Saldo Final 31/12/2023
Moeda nacional					
BNDES - Subcrédito A, B e C	195.894	16.901	(23.560)	(15.120)	174.115
BNDES - Subcrédito E	1.709	111	(205)	(96)	1.519
3ª emissão de debêntures	299.107	31.801	(61.569)	(18.656)	250.683
(–) custo de captação - a amortizar	(8.586)	1.560	–	–	(7.026)
Total	**488.124**	**50.373**	**(85.334)**	**(33.872)**	**419.291**

c. Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures e custo de captação, classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total
Principal	86.179	88.707	24.175	24.175	24.175	7.471	254.882
(–) custo de captação a amortizar	(1.559)	(1.559)	(240)	(240)	(240)	(68)	(3.906)
	84.620	**87.148**	**23.935**	**23.935**	**23.935**	**7.403**	**250.976**

14. PROVISÕES

Natureza	31/12/2022	Baixa	Liquidação	31/12/2023	Adição	Liquidação	31/12/2024
Provisão para constituição de ativos (a)	2.730	(362)	(691)	1.677	–	(87)	1.590
Provisão para compensações ambientais (b)	48	–	–	48	2.956	(81)	2.923
Total	**2.778**	**(362)**	**(691)**	**1.725**	**2.956**	**(168)**	**4.513**
Passivo circulante	153			1.082			1.615
Passivo não circulante	2.625			643			2.898
Total	**2.778**			**1.725**			**4.513**

a) As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. b) As provisões para compensações ambientais

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 25/03/2025 | 22:29:15 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C2434074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 2512AA5F-7270-42E6-9769-0A02C3E1D01D

continuação

Ferreira Gomes Energia S.A. - CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

são decorrentes de investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construções das usinas. As constituições dessas provisões são registrada em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado e são realizadas de acordo com a implementação desses programas.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes dos pareceres dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas avaliadas como probabilidade de perda provável. A administração da Companhia leva em consideração, para explanação em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco. **Perda provável:** Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio**.** As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à: **(i) Demandas trabalhistas:** Atualmente existe um processo de natureza trabalhista de valor em risco aproximado em R$ 240, com natureza de risco provável de perda. **Perda possível:** Embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2024, merecem destaques as seguintes demandas: **(ii) Demandas Tributárias:** Atualmente existem cinco (seis em 31 de dezembro de 2023) processos administrativos de natureza tributária com o valor em risco aproximado em R$ 13.018. (R$ 12.532 em 31 de dezembro de 2023). Considera-se como relevante os processos abaixo relacionados: Processo Administrativo nº 15746720203202021, trata-se de cobrança de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS. O valor em risco aproximado é de R$ 11.677 (R$ 10.918 em 31 de dezembro de 2023). **(iii) Demandas Cíveis e Ambientais:** Atualmente existem dois mil e noventa e um processos judiciais de natureza cível (dois mil duzentos e sessenta e oito em 31 de dezembro de 2023), de valor em risco aproximado em R$ 282.232 (R$ 226.513 em 31 de dezembro de 2023), com natureza de risco possível de perda. Dentre eles, consideram-se como relevantes os processos abaixo relacionados: Ação Civil Pública nº 00013863320168030006, proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Ferreira Gomes Energia S.A. e outros, com objetivo de compelir os réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP em decorrência de enchente causada por terceiros, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados ao evento. A ação encontra-se suspensa em decorrência da Ação Cautelar e Inominada nº 00005352820158030006, tendo como objeto a produção antecipada de provas requerida pelo Ministério Público. A ação cautelar está em fase de recurso especial. Em decorrência do evento, objeto da ação civil pública, o Ministério Público Estadual proveu a Ação Penal nº 00002968220198030006 em face da Companhia e demais empresas, visando a apuração de eventual ocorrência de crimes ambientais de destruição/danificação de floresta considerada de preservação permanente. A referida ação está em fase de Resposta à Acusação. O valor em risco não pode ser estimado. Execução de Título Extrajudicial nº 00023828020184013100, trata-se de Ação de Execução de Titulo Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face de Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC 2. A Companhia apresentou embargos à execução. O valor em risco aproximado é de R$ 180 (R$ 154 em 31 de dezembro de 2023). Execução de Título Extrajudicial nº 00046934420184013100, trata-se de Ação de Execução de Titulo Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face de Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC 2 (obrigação de fazer). A Companhia apresentou embargos à execução. O valor em risco aproximado é de R$ 171 (R$ 154 em 31 de dezembro de 2023). Destacamos que a Companhia firmou em setembro de 2015, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 1) no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto. Auto de Infração Ambiental nº 014689-A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá - IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R$ 130.874 (R$ 111.824 em 31 de dezembro 2023). Destacamos que a Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 2) no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto. Auto de Infração Ambiental nº 016154, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá - IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R$ 21.471 (R$ 18.346 em 31 de dezembro de 2023). Auto de Infração Ambiental nº 16158, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá - IMAP, por ter a Companhia, supostamente, ter descumprido ou cumprido parcialmente uma série de condicionantes da Licença de Operação nº 317/2014. O valor em risco aproximado é de R$ 9.202 (R$ 7.863 em 31 de dezembro de 2023). Auto de Infração Ambiental nº 41971 (3200010472008), lavrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Amapá, por ter a Companhia, supostamente, contribuído para a poluição do Rio Araguari por lançamento de efluentes fora dos padrões exigidos. O valor em risco aproximado é de R$ 7.945 (R$ 6.788 em 31 de dezembro de 2023). Auto de Infração Ambiental nº 41898-A (26010100772002361020 23), lavrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Amapá, por ter a empresa, supostamente, descumprido condicionante da L.I nº 0368/2017. O valor em risco aproximado é de R$ 2.988. Auto de Infração Ambiental nº 14613-A, lavrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Amapá, por ter a empresa, supostamente, descumprido condicionantes. O valor em risco aproximado é de R$ 3.183. "Ações JEC - Evento "apagão 2020": Tratam-se de 2.072 (2.395 em 31 de dezembro de 2022) ações de indenização por supostos danos morais ajuizadas contra a União Federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, e diversas Companhias do Setor Elétrico, incluindo Ferreira Gomes Energia S.A., em decorrência de seu suposto envolvimento no "apagão" ocorrido no Estado do Amapá em novembro de 2020. O valor em risco aproximado é de R$ 83.972 (R$ 78.691 em 31 de dezembro de 2023). Ação Anulatória de sentença arbitral - Trata-se de ação ajuizada com a finalidade de anular o que foi decidido pela sentença arbitral proferida no procedimento instaurado pela TSK contra a Ferreira Gomes. Em síntese, as partes firmaram contrato cujo objeto era montagem dos Equipamentos Eletromecânicos, Hidromecânicos, Sistemas e Instalações do AHE Ferreira Gomes. O valor em risco aproximado é de R$ 9.906. **(iv) Demandas Penais:** atualmente existe um processo de natureza penal (dois em 31 de dezembro de 2023), cujo o valor em risco não pode ser estimado. Dentre eles, não há processos relevantes que devam ser destacados. **(v) Demandas Regulatórias:** atualmente a Companhia é parte em um processo de ordem regulatória (mesmo em 31 de dezembro de 2023), R$ 55 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 35 em 31 de dezembro de 2023) valendo mencionar o seguinte: Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 00762951020144013400: Atualmente a Companhia detém liminar em ação ordinária proposta contra a União Federal, impedindo a aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Saldo em 31/12/2022	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2023	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2024
Ativo (i)					
Imposto de renda diferido - diferenças temporárias	–	34	34	2	**36**
Contribuição social diferida - diferenças temporárias	–	48	48	2	**50**
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativos	**–**	**82**	**82**	**4**	**86**

	Saldo em 31/12/2022	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2023	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2024
Passivo (ii)					
Imposto de renda diferido	(3.555)	145	(3.410)	145	(3.265)
Imposto de renda diferido - diferenças temporárias	(30)	30	–	–	–
Contribuição social diferida	(1.496)	61	(1.435)	61	(1.374)
Contribuição social diferida - diferenças temporárias	(43)	43	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivos	**(5.124)**	**279**	**(4.845)**	**206**	**(4.639)**
Total de Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(5.124)**	**361**	**(4.763)**	**210**	**(4.553)**

(i) Ativo: O saldo em 31 de dezembro de 2024 refere-se as adições temporárias que são revertidas condicionalmente a realização dos saldos das provisões. **(ii) Passivo:** Este saldo é composto pelo reconhecimento da extensão da concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11 cujo valores são amortizados mensalmente. A estimativa das parcelas de realização do ativo e passivo fiscal diferido é conforme o mapa abaixo:

Ativo	**2024**
Estimativa de realização IRPJ diferido - Diferenças temporárias	**36**
Estimativa de realização CSLL diferida - Diferenças temporárias	**50**
	86

17. PARTES RELACIONADAS

17.1 Transações com partes relacionadas:

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais:

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante - partes relacionadas			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	7	**15.800**	**7.484**
Passivo circulante - partes relacionadas			
Dividendos - Alupar Investimento S.A.		–	11.795
Fornecedores - AF Energia S.A.		194	117
Compra de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	12	–	1.154
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A.		444	319
		638	**13.385**
Passivo não circulante - partes relacionadas			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A.		**700**	**899**

Os vencimentos das transações comerciais entre partes relacionadas foram firmados com vencimentos de curto prazo. O vencimento do passivo não circulante de arrendamento ocorrerá em 2027.

(B) Partes relacionadas: informações do resultado:

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita - partes relacionadas			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	20	**109.691**	**86.155**
Custo - partes relacionadas			
Compra de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	21	(1.642)	(4.336)
Serviços Tomados - AF Energia S.A. (*)	21	(2.281)	(2.160)
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.		(2.411)	(2.044)
Juros s/arrendamentos - Alupar Investimento S.A.		(72)	(120)
		(6.406)	**(8.660)**

(*) A AF Energia S.A., empresa controlada pela acionista Alupar Investimento S.A., possui contrato de prestação de serviço com a Companhia, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação como religadores, disjuntores e chaves seccionadas, controle do nível do reservatório, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas. As transações comerciais entre partes relacionadas foram realizadas em condições acordados entre as partes. A Ferreira Gomes Energia S.A. é controlada pela Alupar Investimento S.A. A Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

17.2 Garantias: As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2024
Alupar	26/12/2012	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES - Contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente, Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia, Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M, Conta Seguradora.	28/12/2012	15/04/2031	470.610	152.938
Alupar	30/05/2014	Conselho de Administração	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, penhor de ações e cessão fiduciária	15/06/2014	15/12/2027	210.900	191.523
Alupar	04/07/2016	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180220317 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	12/06/2017	03/06/2025	3.351	4.475

17.3 Remuneração da alta administração: De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição. A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas. Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizada em 04 de abril de 2024, foi aprovada por unanimidade dos votos, a remuneração global dos membros da Diretoria no montante de até R$ 291, pagos no mesmo montante para o exercício social de 2024 e R$ 249 no exercício de 2023, na forma prevista na Proposta da Administração. Os membros do Conselho de Administração renunciaram a qualquer remuneração para o exercício de 2024. A remuneração da diretoria está composto por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o capital social, subscrito e integralizado é de R$ 818.858. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 31 dezembro de 2023 é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
	Quantidades de ações ordinárias integralizadas	
Alupar Investimento S.A.	807.080.528	807.080.528
AF Energia S.A.	1	1
	807.080.529	**807.080.529**

Reserva de Lucros: ***a. Reserva legal:*** 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado, totalizando R$ 18.325 em 31 de dezembro de 2024 e R$ 14.047 em 31 de dezembro de 2023. ***b. Reserva especial para incentivos fiscais:*** Reserva decorrente da SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração, totalizando R$ 39.187 em 31 de dezembro de 2024 e R$ 30.114 em 31 de dezembro de 2023. O benefício iniciou em setembro de 2017 com vencimento em dezembro de 2026. ***c. Lucros retidos:*** Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação, totalizando R$ 176.384 em 31 de dezembro de 2024 e R$ 157.174 em 31 de dezembro de 2023. ***d. Dividendos:*** Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório. ***e. Juros sobre capital próprio:*** A Companhia aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, referentes ao exercício social de 2024, com base nos balanços patrimonial e de resultados apurados durante o referido ano. O valor total da distribuição foi de R$ 53.000. Os créditos de juros sobre capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. O juros sobre capital próprio foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social de 2024.

19. LUCRO POR AÇÃO

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

	31/12/2024	31/12/2023
Numerador		
Lucro líquido do exercício	85.561	64.650
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	807.080.529	807.080.529
Resultado básico e diluído por ação ordinária R$	**0,1060**	**0,0801**

Os dividendos declarados por ação em 31 de dezembro de 2024 foram:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**85.561**	**64.650**
Reserva legal	(4.278)	(3.232)
Subtotal	**81.283**	**61.418**
Reserva para incentivo fiscal	(9.073)	(14.240)
Dividendos mínimos obrigatórios (i)	(18.053)	(11.795)
Reserva de lucros retidos	(19.210)	(35.383)
Juros sobre capital próprio	(34.947)	–
Saldo de lucros do exercício	**–**	**–**
Dividendo por ação	**0,0433**	**0,0146**

O valor de dividendos declarados em 31 de dezembro de 2023 no valor de R$ 11.795 foi liquidado no dia 11 de junho de 2024. (i) O juros sobre capital próprio distribuídos em 2024 no montante de R$ 53.000 foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativo ao exercício social de 2024.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nota	31/12/2024 MWh	31/12/2024 Valor	31/12/2023 MWh	31/12/2023 Valor
Receita de geração de energia elétrica					
Suprimento de energia - ambiente regulado		922.320	140.359	919.800	134.273
Suprimento de energia - ambiente livre		87.840	17.427	87.600	15.463
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	17.1	410.866	109.691	319.838	86.155
Ajuste positivo CCEE		–	9.555	–	8.599
		1.421.026	**277.032**	**1.327.238**	**244.490**
Deduções					
PIS - Programa de integração social			(4.500)		(3.932)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social			(20.726)		(18.114)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento			(2.422)		(2.131)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica			(1.038)		(955)
			(28.686)		**(25.132)**
Receita operacional líquida			**248.346**		**219.358**

A Companhia registrou Receita Operacional Líquida de R$ 248.346 (1.421.026 MWh) no exercício de 31 de dezembro 2024, em comparação a R$ 219.358 (1.327.238 MWh) no mesmo período de 2023. O aumento de 13,2% de um período para o outro ocorreu pela atualização dos contratos ACR e pela negociação de energia elétrica no ambiente livre (ACL).

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Nota	31/12/2024 Custos operacionais	31/12/2024 Despesas operacionais	31/12/2023 Custos operacionais	31/12/2023 Despesas operacionais
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST		(29.227)	–	(25.361)	–
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(6.177)	–	(6.300)	–
Utilização do Bem Público - UBP	11	(368)	–	(368)	–
		(35.772)	**–**	**(32.029)**	**–**
Doações, contribuições e subvenções		(27)	(204)	(22)	(758)
Energia elétrica comprada para revenda		(35.670)	–	(17.423)	–
Energia elétrica comprada para revenda - Partes relacionadas	17.1	(1.642)	–	(4.336)	–
Seguros		(1.956)	(2)	(1.968)	(16)
Repactuação do risco hidrológico		(1.268)	–	(1.268)	–
Aluguéis		(354)	(136)	(414)	(118)
Pessoal		(3.051)	(1.542)	(3.273)	(794)
Honorários da diretoria e conselho de administração		–	(351)	–	(210)
Material		(447)	(69)	(457)	(90)
Serviços de terceiros		(3.564)	(3.456)	(2.003)	(2.930)
Serviços de terceiros - Partes relacionadas	17.1	(2.281)	–	(2.160)	–
Provisão para contingências		(240)	–	17	–
Outros tributos e taxas		(180)	(101)	(129)	(80)
Outras despesas		–	(81)	(170)	(71)
Outras receitas		–	502	–	531
		(50.680)	**(5.440)**	**(33.606)**	**(4.536)**
Depreciação e Amortização	10 e 11	(39.319)	(411)	(38.983)	(378)
		(39.319)	**(411)**	**(38.983)**	**(378)**
Total		**(125.771)**	**(5.851)**	**(104.618)**	**(4.914)**

Os custos operacionais acumulados em 2024 apresentam aumento de 20,2% se comparado com o mesmo período de 2023, justificada pelo aumento no custo do uso do serviço de transmissão e energia elétrica comprada para revenda. As despesas/receitas operacionais acumulados em 2024 apresentam aumento de 19,1% quando comparado com o mesmo período de 2023, justificado principalmente pelo aumento na linha de serviços de terceiros. A companhia apresentou o montante de compra de energia de R$ 37.312 (398.472 MWh) em 31 de dezembro de 2024 e R$ 21.759 (226.797 MWh) em 31 de dezembro de 2023.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras			
Encargos de dívidas	13.b	(42.961)	(50.373)
Atualização monetária		(2.922)	(2.794)
Outras despesas financeiras		(493)	(536)
		(46.376)	**(53.703)**
Receitas financeiras			
Receita de aplicações financeiras (*)		18.135	19.133
Juros s/faturas a receber em atraso		135	169
Outras receitas financeiras		1	2
		18.271	**19.304**
Resultado financeiro		**(28.105)**	**(34.399)**

(*) O montante das receitas com aplicações financeiras está líquido dos impostos.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2024	31/12/2023
a) Composição dos tributos no resultado:		
Na rubrica de tributos:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.268)	(11.138)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	210	361
Total	**(3.058)**	**(10.777)**

	31/12/2024	31/12/2023
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:		
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**88.619**	**75.427**
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de (despesa) receita com tributos às alíquotas nominais	**(30.130)**	**(25.645)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Incentivo Fiscal corrente	9.073	14.240
Incentivo Fiscal diferido	(29)	112
Doações - Lei Rouanet/Esporte/FIA	–	630
Despesas não dedutíveis para fins fiscais	(24)	(184)
Juros sobre capital próprio	18.020	–
PAT	–	46
Outras	8	–
Efeito da alíquota adicional de 10% do IRPJ	24	24
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(3.058)**	**(10.777)**
c) Alíquota efetiva	**3%**	**14%**

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. **Valor justo, classificação e hierarquia dos instrumentos financeiros:** Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil, do valor justo e hierarquia dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis: Nível I - preços cotados nos mercados para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 25/03/2025 | 22:29:22 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 2512AA5F-7270-42E6-9769-0A02C3E1D01D

★ continuação

Ferreira Gomes Energia S.A. - CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2024		31/12/2023			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
Ativo						
Caixa e bancos	10.983	10.983	9.385	9.385	–	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	67.896	67.896	104.688	104.688	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	59.525	59.525	59.704	59.704	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	34.944	34.944	24.597	24.597	–	Custo amortizado
	173.348	**173.348**	**198.374**	**198.374**		
Passivo						
Fornecedores	18.207	18.207	16.433	16.433	–	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	338.996	343.897	419.291	424.830	–	Custo amortizado
Uso do bem público	19.464	19.464	18.807	18.807	–	Custo amortizado
Provisão para constituição de ativos	2.898	2.898	1.590	1.590	–	Custo amortizado
	379.565	**384.466**	**456.121**	**461.660**		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes: O valor justo de caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil, assim a divulgação destes permanecem inalterados. Empréstimos e financiamentos: BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas; e 3ª emissão de debêntures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **Hierarquia do valor justo:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III. **Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros:** ***Análise de sensibilidade de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo:*** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2024, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente, Conforme demonstrado abaixo:

			Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
	Indexador	31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			7,38%	11,06%	14,75%	18,44%	22,13%
Investimentos de curto prazo	CDI	67.896	5.007	7.511	10.015	12.518	15.022
Títulos e valores mobiliários	CDI	59.525	4.390	6.585	8.780	10.975	13.170

Análise de sensibilidade das dívidas: Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2024, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e assim definindo-os como o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada foi 31 de dezembro de 2024 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

				Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2024*	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
				2,48%	3,72%	4,96%	6,20%	7,44%
3ª emissão de debêntures	IPCA +	6,47%	191.047	17.099	19.468	21.837	24.206	26.575
				4,37%	6,56%	8,74%	10,93%	13,11%
BNDES subcrédito (A, B, C)	TJLP +	2,34%	151.110	10.139	13.441	16.743	20.045	23.346
BNDES subcrédito E	TJLP +	0,00%	1.319	58	86	115	144	173

(*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação. **Gestão de riscos:** A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios: ***Risco de crédito:*** A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência. ***Risco de taxas de juros:*** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas e pós-fixadas. ***Risco de regulação:*** As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. ***Risco Hidrológico:*** A combinação dos três fatores (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN; (ii) permanência do atual cenário de despacho termoelétrico elevado; (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF *(Generation Scaling Factor)* para os geradores hidrelétricos. Para mitigar os efeitos, em 19 de janeiro de 2016, a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92. ***Risco de Descontratação:*** Atualmente, todos os recursos da Companhia estão vendidos para o ACR e ACL. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). ***Risco de taxas de câmbio:*** A Companhia não tem operações em moeda estrangeira. ***Risco de liquidez:*** Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela Administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição. Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado. ***Risco de mercado:*** O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pré-fixados sobre empréstimos, debêntures e aplicações financeiras. Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos em reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados e juros incorridos até 31 de dezembro de 2024:

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	9.136	1.288	7.783	–	–	18.207
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.152	81.868	84.620	135.019	31.337	338.996
Uso do bem público - UBP	524	1.572	2.096	6.287	8.985	19.464
Total	**15.812**	**84.728**	**94.499**	**141.306**	**40.322**	**376.667**

Gestão de capital: A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos, financiamentos, debêntures (líquidos dos custos a amortizar) e arrendamentos		
Circulante	(88.464)	(91.886)
Não circulante	(251.676)	(328.623)
Dívida total	**(340.140)**	**(420.509)**
Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos valores mobiliários	138.404	173.777
Dívida líquida	(201.736)	(246.732)
Patrimônio líquido	1.052.754	1.020.193
Índice de endividamento líquido	**0,19**	**0,24**

25. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

25.1 Atividades de financiamento: Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o prejuízo:

			Efeito caixa	Efeito não caixa		
	Nota	Saldo em 31/12/2023	Amortização/ Pagamento	Encargos	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2024
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos declarados		11.795	(11.795)	–	–	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13.b	419.291	(123.256)	42.961	–	338.996
Juros sobre capital próprio		–	(45.049)	–	45.049	–
Arrendamentos		1.218	(407)	72	261	1.144
		432.304	(180.507)	43.033	45.310	340.140
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)		**432.287**	**(180.507)**	**43.033**	**45.310**	**340.123**

25.2 Transações não envolvendo caixa: Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve atividades de financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa.

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R$ 1.019 e R$ 839 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente. No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2024.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	1.152.319	1.947	18/06/2025
Risco de responsabilidade civil geral	700.000	309	18/06/2025
Seguro de riscos patrimoniais	2.430	40	18/06/2025
Risco de responsabilidade civil (D&O)	50.000	13	28/08/2025
Total	**1.904.749**	**2.309**	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias-primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado na Usina.

A Diretoria

Contador: João Paulo Mendes do Nascimento - CRC 1SP218586/O-1

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025. **Declaração para Fins do Artigo 27, §1º, V da Instrução CVM 80/22 -** Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Diretoria.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025. **Declaração para Fins do Artigo 27, §1º, VI da Instrução CVM 80/22 -** Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Diretoria.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e acionistas da Ferreira Gomes Energia S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Ferreira Gomes Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ferreira Gomes Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de Receita de Geração de Energia Elétrica:** Veja as Notas 3.10 e 20 das demonstrações contábeis. **Principais assuntos de auditoria:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu Receita de Geração de Energia Elétrica no montante de R$ 248.346 mil, conforme divulgado na nota explicativa 20 às demonstrações contábeis. As receitas da Companhia são oriundas principalmente de geração de energia elétrica aos consumidores no ambiente regulado e livre. O reconhecimento da receita é realizado quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens. Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o volume e pulverização das operações de venda, bem como o risco de uma receita de venda de energia ser reconhecida sem a efetiva transferência do controle ao cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas de geração de energia elétrica; (ii) Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, onde confrontamos com os relatórios gerenciais da Companhia relativos à Receita de geração de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia gerado e comercializado, bem como o período de suprimento. Adicionalmente, inspecionamos as contabilizações do corte da receita realizadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2024; (iii) Realização de procedimentos, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de geração de energia elétrica; e (iv) Inspeção, em base amostral, de recebimentos subsequentes de faturas de venda de energia. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de geração de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 04 de março de 2024, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador - CRC 1SP245014/O-2

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 25/03/2025 | 22:29:29 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/